



Manifestação realizada no dia 8 de dezembro de 2015, no Rio de Janeiro

## MANIFESTANTES VÃO ÀS RUAS CONTRA O IMPEACHMENT

PÁG.9

### DEBATE

Embaixador Celso Amorim participa de evento que comemora 10 anos da derrubada da ALCA PÁG.6

### ENTREVISTA

Jornalista Paulo Henrique Amorim desnuda a formação do monopólio midiático no Brasil PÁG.7

Tomaz Silva - Agência Brasil



Rio Paraíba do Sul durante a estiagem de 2014, na cidade de Barra do Piraí

### REPORTAGEM ESPECIAL

*Crise hídrica é resultado de falta de planejamento. Rio e SP sofrem maior seca da história* PÁG.3

## IMPEACHMENT PARA O ATUAL SISTEMA POLÍTICO

É evidente que a questão política fundamental que se coloca no momento presente é derrotar o propósito da direita de chegar ao poder pela via do impeachment da presidente Dilma. No entanto, não devemos esquecer que os avanços da direita na composição parlamentar, o crescimento das ideias e a hegemonia de uma agenda conservadora, a liquidação física das populações mais pobres em determinadas áreas da cidade com a conivência das autoridades constituídas, tudo isso somente foi possível por conta de um sistema político permissivo com a corrupção e comandado por quem tem dinheiro. Este sistema levou a uma extrema instrumentalização da política em todos os níveis.

O processo de impeachment, que está sendo comandado pelas forças mais conservadoras no Congresso, representa a culminância dessa instrumentalização onde o que importa é atingir determinados objetivos utilizando a política como o meio privilegiado para tal. Dessa forma, no plano político tudo é permitido, tudo é possível e para tudo existe uma "justificativa política" sempre a serviço dos poderosos e do sistema que os favorece.

É necessário direcionarmos uma crítica profunda às correntes de esquerda que estiveram no governo (e não no poder) nesses últimos anos, secundarizaram o embate político e ideológico contra essas ideias e se preocuparam muito mais em obter cargos, novas posições no aparelho governamental segundo o receituário instrumental e com propósitos bastante questionáveis.

## A engenharia nacional na construção da Petrobras

CLOVIS NASCIMENTO

"O Petróleo é nosso". Este foi o mote da campanha, realizada em 1954, em defesa da Petrobras e da soberania nacional. Os ataques à empresa nunca cessaram desde a sua criação. A Petrobras é um dos maiores patrimônios brasileiros e uma das melhores empresas petrolíferas do mundo. No entanto, as denúncias escandalosas da "Operação Lava-Jato" vêm tomando proporções que abrem uma avenida para os caminhos da privatização. É claro que exigimos rigor na apuração e na responsabilização dos corruptos e corruptores, mas estes fatos não podem servir como pretexto para a destruição da Petrobras.

Com empenho na formulação e descoberta de novas tecnologias em prol do desenvolvimento nacional, a engenharia brasileira contribui imensamente nas conquistas da Petrobras, como a descoberta do pré-sal. Os trabalhadores que, duramente, constroem a empresa não podem ser penalizados, e muito menos o povo brasileiro. A riqueza gerada pela Petrobras é disputada e revertida para o enfrentamento de questões sociais importantíssimas, como a saúde e a educação.

Ardilosamente, os meios de comunicação cometem o "Petrocídio brasileiro" ao assassinar a memória técnica, o corpo de profissionais e todo o acúmulo tecnológico da Petrobras. O Brasil, ao contrário de muitos países, tem autossuficiência de petróleo e tem feito descobertas fundamen-

tais para o país e o mundo, como o pré-sal e o pós-sal. Sabemos que a Petrobras é um recurso estratégico na geopolítica internacional e na soberania nacional do Brasil.

Afirmamos que a apuração e a responsabilização dos fatos devem seguir o rigor da Lei, mas nunca sob a justificativa de transformar o caráter estatal da empresa em privado. Este é o objetivo dos setores mais conservadores de nossa sociedade: a abertura indiscriminada de nosso mercado aos produtos e serviços estrangeiros. Jamais acei-

taremos uma relação de subserviência no setor tecnológico. A engenharia nacional tem demonstrado capacidade e técnica suficientes para resolver uma série de questões no nosso país, além da autossuficiência de petróleo, obras de infraestrutura,

saneamento, telecomunicações e agronomia.

Nós, engenheiros e engenheiras, exercemos um papel fundamental na construção desse país. Sonhamos com um Brasil soberano, forte e robusto. A tecnologia tem um papel imprescindível para a melhoria das condições de vida da população e para a diminuição das desigualdades. A defesa da Petrobras pelo povo brasileiro deve ser incondicional, bem como a defesa de uma política industrial nacional.

A possível desnacionalização da engenharia brasileira e o desmonte da Petrobras são atentados à soberania do país. Mais do que nunca, precisamos levar a corações e mentes que "O Petróleo continua sendo nosso".

\* Presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

**Nós, engenheiros e engenheiras, exercemos um papel fundamental na construção desse país. Sonhamos com um Brasil soberano, forte e robusto**



### SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.  
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009  
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)  
Correio eletrônico: [secretaria@sengerj2.org.br](mailto:secretaria@sengerj2.org.br)  
[comunicacao@sengerj2.org.br](mailto:comunicacao@sengerj2.org.br)

#### PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

#### DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

#### CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio

#### CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gérson Ferreira de Carvalho

#### JORNAL DO ENGENHEIRO

##### Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Estagiária: Fernanda Ramos

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: [imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)

Tiragem: 3.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida



# CRISE HÍDRICA É RESULTADO DE FALTA DE PLANEJAMENTO

Rio e São Paulo enfrentam maior seca da história e governos demoraram a tomar providências

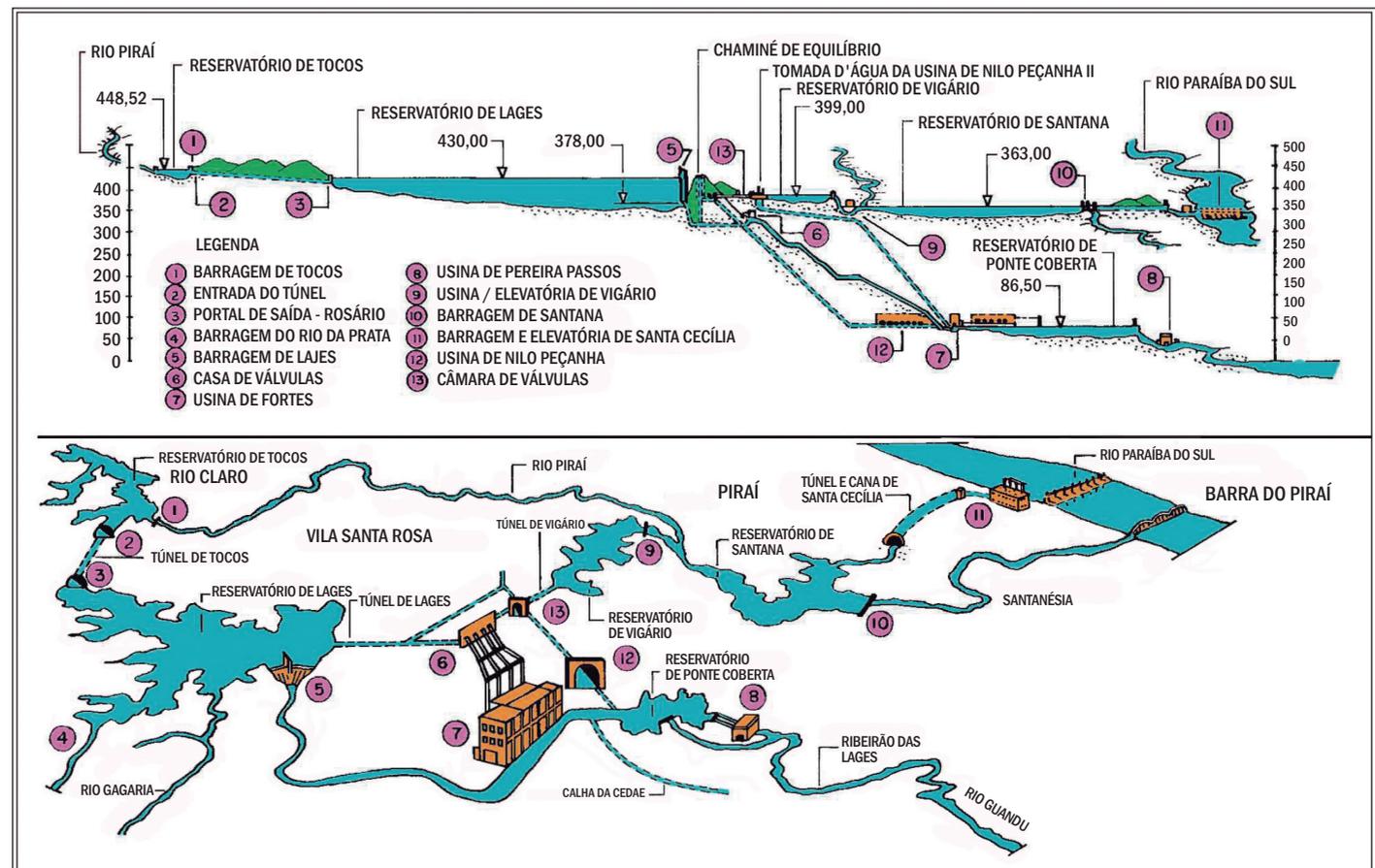
As duas maiores cidades do país, Rio de Janeiro e São Paulo, enfrentam a maior crise de abastecimento de água da história. No dia 06 de outubro, o volume útil do conjunto de reservatórios da bacia do Paraíba do Sul era de apenas 7,44% do total. Em setembro de 2003, quando ocorreu a última grande crise hídrica, o valor era 14,2%. O rio Paraíba do Sul é responsável diretamente pelo abastecimento de aproximadamente 80% da Região Metropolitana do Rio e 75% da população dos municípios do estado, totalizando mais de 12,3 milhões de pessoas.

A partir de outubro de 2013, no Sudeste, houve uma redução drástica nos níveis de chuvas mensais, quando comparados ao histórico desde 1930. Isso significa que, desde 2013, a média das precipitações foi menor que a média histórica, desde 1930.

## PLANEJAMENTO E MEDIDAS PREVENTIVAS

O ex-presidente do SENGE-RJ, Sérgio Almeida, relata que a última crise hídrica considerada grave no Rio de Janeiro aconteceu entre 2002 e 2003. Nessa época, os reservatórios ficaram com volumes úteis entre 15% e 20%. Ele explica que, como a distribuição de chuvas é variável e a seca não é algo que se possa prevenir, a garantia de abastecimento público exige planejamento e medidas preventivas.

De acordo com o pesquisador Jander Duarte de Campos, no artigo "Crise hídrica: origem, conflitos potenciais e perspectivas", climatologistas e meteorologistas brasileiros defendem que as mudanças climáticas e o desmatamento da Floresta Amazônica não podem ser responsabilizados por este cenário. Ele acredita que, devido à dificuldade de prever as variações climáticas no Sudeste, a atual crise hídrica demonstra



Fonte: ANA - Agência Nacional de Águas

que o Brasil precisa urgentemente desenvolver sistemas e infraestruturas resistentes a essas mudanças.

Para Sérgio Almeida, a redução do volume equivalente dos reservatórios do Paraíba do Sul, que vem ocorrendo desde 2008, deveria ter servido de alerta para que as autoridades competentes tomassem medidas preventivas. No entanto, tanto no Rio quanto em São Paulo, isso ocorreu apenas quando a crise já estava instaurada.

Como medida de contingência, o secretário estadual do Ambiente, André Corrêa, anunciou, em agosto, a redução da vazão mínima de alguns reservatórios da Bacia do Paraíba do Sul. No ponto da transposição para o Guandu, em Barra do Piraí, na barragem de Santa Cecília, a vazão agora

está em 110 m<sup>3</sup>/s para Santa Cecília, sendo 75m<sup>3</sup>/s para o Guandu. Ela já havia sido reduzida de 190m<sup>3</sup>/s para 140 m<sup>3</sup>/s. Segundo Correa, a medida já resultou na economia de 1,7 trilhão de litros nos reservatórios, "permitindo que a Região Metropolitana passasse pelo período mais crítico da estiagem sem risco de racionamento." Vazão é a grandeza que determina quantidade de fluido que escoar através de uma tubulação ou canal em uma unidade de tempo.

Em Guapimirim, na Baixada Fluminense, o abastecimento já está sendo feito no esquema de rodízio. Parte da população recebe água das 13h à meia-noite e a outra parte, no período restante. Em Santa Cruz, a produção industrial já está sendo prejudicada. Bairros de municípios

vizinhos do Rio de Janeiro não recebem água desde a operação de manutenção realizada pela Cedae, na primeira semana de outubro.

Ainda de acordo com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, está sendo desenvolvido o Pacto pelas Águas, programa em parceria do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) que visa proteger mananciais e nascentes. "O objetivo é integrar iniciativas e projetos, alguns já em curso, em torno da restauração e conservação florestal de áreas prioritárias, tais como nascentes, margens de rio, áreas de recarga de mananciais e áreas úmidas", afirma André Correa.

Farão parte do Pacto pelas Águas projetos de Pagamento por Serviços

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA ►

▶ CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 3

Ambientais (PSA), compensações ambientais decorrentes de licenciamento ambiental, plantios voluntários, adequação ambiental das propriedades rurais (Cadastro Ambiental Rural - CAR e Programa de Regularização Ambiental - PRA), além de projetos de instituições parceiras. A meta proposta é restaurar e conservar, até 2022, 22 mil hectares de áreas com funções estratégicas de proteção dos mananciais de abastecimento público.

O secretário afirma que as medidas de contingência continuarão a ser tomadas e que a população deve colaborar racionalizando o uso da água. Ele frisa que ainda não há risco de racionamento, mas que “nenhuma medida está descartada caso os níveis de precipitação do período de verão não sejam suficientes para recompor os níveis dos reservatórios da bacia do Paraíba do Sul”.

**ENQUANTO ISSO, EM SÃO PAULO...**

Ao todo, são mais de 28 milhões de habitantes e parques industriais apenas em São Paulo que, neste momento, veem o abastecimento de água em um cenário preocupante.

O Sistema Cantareira, por exemplo, é responsável pelo abastecimento de 50% da região metropolitana de São Paulo. Mesmo após o período chu-

voso de 2015, o verão, ele ainda opera no chamado “volume morto”, volume abaixo no nível mínimo de captação de água. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apontou que a falta de água no estado é resultado da falta de planejamento do governo paulista. O órgão afirmou que a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos recebeu diversos alertas sobre a necessidade de um plano de contingência contra a escassez de água.

Um deles foi realizado pela própria Companhia de Saneamento Básico do

Estado de São Paulo (Sabesp). Em relatório enviado à Bolsa de Nova York em 2012, a empresa alerta os investidores sobre a estiagem e o impacto para suas finanças. No documento de concessão da outorga dada à Sabesp para explorar por dez anos a Cantareira, o artigo 16 estipulava que a empresa deveria realizar em 30 meses “estudos e projetos que viabilizem a redução de sua dependência do sistema”. Em 2006, a Sabesp entregou um plano ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e ao Estado, que considera-

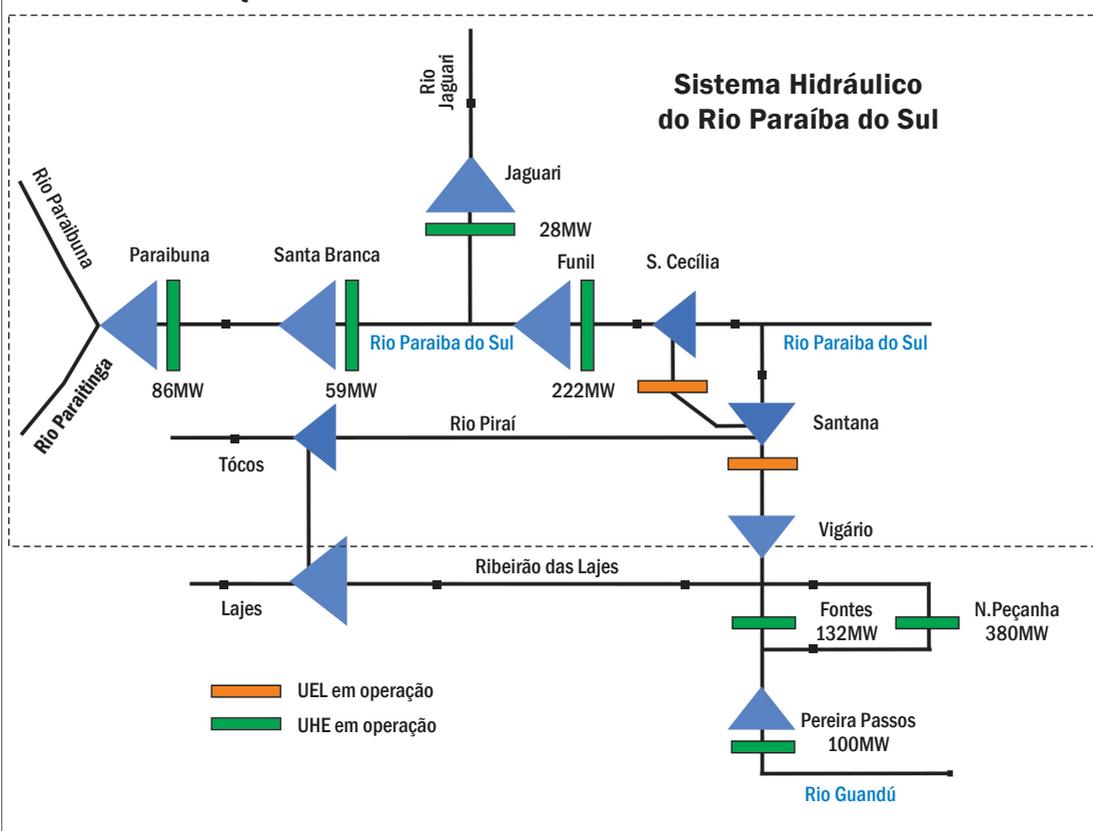
ram que ele “não atendia plenamente ao anseio expresso no artigo”. Iniciado em 2008 e concluído apenas em outubro do ano passado, o Plano Diretor de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista aponta que o atual sistema de abastecimento das 180 cidades (uma mancha urbana de 52 mil quilômetros quadrados) deixaria pelo menos 79, entre elas São Paulo, Campinas, Piracicaba e Santos, com falta de água se houvesse cenário equivalente ao da pior seca da história, entre 1951 e 1956. O Sistema Cantareira registra o mais baixo índice de chuva desde o início das medições, há 84 anos.

Sobre a seca no estado, o TCE afirmou ainda que outras medidas poderiam ter sido adotadas para que a crise não chegasse “ao ponto em que se encontra atualmente, ou pelo menos para que seus efeitos fossem minimizados”.

Com a redução da pressão, a água não chega aos pontos mais altos e várias cidades da Grande São Paulo sofrem com as torneiras secas.

Ironicamente, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) foi um dos vencedores do Prêmio Lúcio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação pelo trabalho desenvolvido na Sabesp, a companhia de água e esgoto de São Paulo. O governador foi indicado à premiação por seu colega de partido, o deputado federal João Papa (PSDB-SP).

**DIAGRAMA ESQUEMÁTICO**



Fonte: ANA - Agência Nacional de Águas

**PROPOSTAS PARA SUPERAR A CRISE**

- Estabelecimento de um novo padrão de consumo;
- Controle de redução e perdas;
- Abono e penalização tarifária;
- Programas de esclarecimento da população;
- Elaboração de planos de contingências;
- Aproveitamento da água da chuva;
- Utilização de pequenos mananciais locais;
- Avaliação e implantação de novos reservatórios.

**Construção de barragem em Guapiaçu causa polêmica**

Dentre as soluções propostas para o problema do abastecimento, a construção da barragem no Rio Guapiaçu é criticada por ambientalistas e agricultores locais, que terão que ser removidos. Defendida pelo governo do estado como solução de abastecimento para os municípios de Itaboraí, São Gonçalo e Niterói, na região metropolitana da capital fluminense, a obra tem custo estimado de R\$ 250 milhões.

Os agricultores apresentaram uma proposta alternativa ao

projeto, que prevê a preservação e replantio da mata ciliar e o aumento no número de locais de captação de água. Segundo os agricultores, cerca de 3 mil pessoas serão prejudicadas com a obra. Na área, são produzidas hortaliças e legumes.

O Sindicato dos Trabalhadores e Produtores Rurais de Cachoeiras da Macacu alerta que, por conta da degradação ambiental, a barragem não terá condições de fornecer o volume de água previsto no projeto original. Ele sugere a

recuperação da bacia hidrográfica do Rio Guapiaçu, por meio de reflorestamento, para posterior captação em três pontos, e não em um, como ocorre atualmente.

O secretário estadual do Meio Ambiente, André Corrêa afirma que está sendo feita uma reavaliação do primeiro Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) e que “o diálogo com a sociedade do entorno foi intensificado para que todas as questões ambientais e sociais fossem levadas em conta.” ■

# Crise política está gerando crise econômica, afirmam especialistas

Lucro dos bancos cresceu 24,2% no primeiro trimestre de 2015 enquanto ajustes fiscais prejudicam os trabalhadores e povo

Os ajustes fiscais promovidos pelo governo federal e coordenados pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, vão contra o programa político vencedor nas últimas eleições, quando Dilma Rousseff (PT) foi reeleita com 51% dos votos. Os ajustes impactam negativamente na economia, nos empregos e na renda. Por outro lado, incentivam o rentismo e a especulação, favorecendo aqueles que têm mais poder aquisitivo e incentivando ainda mais a concentração de renda.

O lucro líquido dos bancos no primeiro trimestre de 2015 alcançou R\$ 14,7 bilhões, alta de 24,2% em 12 meses. Além disso, segundo a consultoria Econômica, no segundo trimestre deste ano, 321 empresas de capital aberto no Brasil acumularam lucro de R\$ 41,9 bilhões, alta de quase 15% em relação aos R\$ 36,5 bilhões obtidos no mesmo período de 2014. Os bancos lideram os ganhos (R\$ 19,15 bilhões), seguidos das empresas de mineração (R\$ 5,09 bilhões), alimentos e bebidas (R\$ 3,25 bilhões), energia elétrica (R\$ 3,12 bilhões), telecomunicações (R\$ 2,33 bilhões), seguradoras (R\$ 1,62 bilhão), papel e celulose (R\$ 1,35 bilhão) e indústria química (R\$ 1,35 bilhão).

“Ajuste fiscal é coisa de tucano”, diz o historiador Valter Pomar, se referindo ao apelido dos integrantes do PSDB. “Onde está o discurso da campanha da Dilma que não ia mexer nos direitos dos trabalhadores ‘nem que a vaca tussa’? Essa crise é política. É uma crise fabricada. Tudo começou depois do resultado das eleições”, afirma Pomar.

“O problema central é a política”, completa o economista Marcio Pochman. “Todos os problemas econômicos estão submetidos a ela”.

Em artigo publicado na Carta Maior, Francisco Fonseca, professor da Fundação Getúlio Vargas, defende que o go-

verno Dilma passa por três crises: a crise da aliança de classes, “a crise institucional do Estado de Direito Democrático associada à mobilização das elites” e a crise econômica.

Segundo ele, “derrotas e mais derrotas no Congresso, particularmente na Câmara de Deputados, fazem do presidencialismo brasileiro um arremedo do que fora até o mandato anterior, uma vez que se esvai o ‘poder de agenda’ do Executivo e, sobretudo, sua capacidade de usar seu poder de barganha e de pressão para obter seus objetivos, notadamente por meio do orçamento, da distribuição de cargos e de emendas de parlamentares”.

O pagamento de juros e amortizações da dívida foi o maior gasto realizado pela União em 2014. Foram R\$ 978 bilhões, o equivalente a 45,11% de todo o orçamento. O valor é quase o mesmo que todo o gasto em Previdência Social, além de transferências a estados e municípios, saúde e educação.

No meio das disputas políticas, estão os trabalhadores e o povo. Nos últimos 12 meses (até julho), o mercado de trabalho formal fechou 778 mil postos, principalmente na indústria (427 mil) e na construção civil (355 mil), segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged-MTE). As consequências da recessão econômica, combinada a uma inflação mais alta que a média dos últimos anos, tornaram as negociações coletivas ainda mais difíceis. De acordo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), menos de 70% das negociações no primeiro semestre conquistaram ganhos reais e cerca de 15% delas não conseguiram nem repor a perda salarial dos últimos 12 meses. Além disso, os reajustes acima da inflação concentram-se na faixa de até 1% de ganho real. O perigo é colocar em risco os ganhos reais e a melhoria na distribuição de renda, conquistas importantes dos governos Lula e Dilma, a partir de 2002.

Em nota técnica, o Dieese defendeu a manutenção dos ganhos reais para os trabalhadores brasileiros. Segundo o Departamento, além do fato dos salários

Pablo Vergara



O economista **Marcio Pochmann** participou do **Café & Política**, promovido pelo **SENGE-RJ**

no Brasil já serem baixos – o que justifica a busca permanente por aumento real – o achatamento salarial, decorrente da reposição abaixo da inflação, irá agravar ainda mais a situação da economia. O que ocorrerá, no fim das contas, é o desaquecimento maior do mercado interno, pois, em um cenário onde a economia não cresce, o governo reduz seus gastos e a taxa de desemprego aumenta. Se não houver aumento de salário, acontecerá uma redução ainda mais forte no consumo.

Ainda segundo o Dieese, a aplicação do ganho real possibilita a ampliação do nível de rendimentos das famílias, fator fundamental para a melhoria da distribuição de renda no Brasil. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013, 74,4% da renda familiar dos brasileiros vem do trabalho. Assim, melhores salários representam também melhora no bem-estar das famílias, com efeitos na saúde, na educação e até mesmo na produtividade no trabalho.

## PERIGO DO AVANÇO DA DIREITA

Com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, autorizado por Eduardo Cunha, a esquerda brasileira teme a volta da direita ao poder. Para especialistas, como Pomar e Pochman, o principal desafio da presidenta é manter as esferas da governabilidade. Militantes apontam similaridades com a situação de Getúlio Vargas, duramente criticado

pelas reformas populares que realizou, e que acabou se suicidando. O suicídio adiou em dez anos o golpe, mas ele acabou acontecendo com o presidente João Goulart, em 1964, também criticado pelas reformas de base e acusado de ser “comunista”.

“O risco de impeachment é imediato. Hoje, a questão essencial é a questão democrática”, defende a deputada federal Jandira Feghali. (PCdoB) “É preciso fazer um giro estrutural na política econômica e politizar o povo. Com Lula, nós aproximamos o povo da política, mas, mesmo assim, não o politizamos. E toda vez que a democracia se fragiliza, o fascismo cresce.”

Entre os manifestantes que frequentam as marchas pelo impeachment de Dilma Rousseff, é comum ver cartazes pedindo a volta dos militares ao poder, além de críticas ao governo “comunista”, lembrando as passeatas pela família e contra o comunismo, que eram realizadas antes do golpe, em 1964. No ato realizado no dia 12 de abril, em São Paulo, houve até fila para tirar foto com o militar reformado Carlos Alberto Augusto, mais conhecido como “Vovô Metralha”. Conhecido torturador do regime militar, Carlos participou, entre outros feitos, da operação que resultou no chamado Massacre da Chácara São Bento, ocorrido em 1973 em Pernambuco, quando seis militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foram executados.

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA ►

## O CONGRESSO MAIS CONSERVADOR DESDE 1964

Liderado pela bancada BBB (Boi, Bíblia e Bala), o Congresso eleito em 2014 é o mais conservador desde 1964. Presidido por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o grupo tem se articulado para colocar em pauta projetos que anteriormente seriam facilmente rejeitados. O apelido foi cunhado pela deputada Érika Kokay (PT-DF) e faz referência a quantidade de religiosos, delegados e ruralistas eleitos.

### Veja os principais projetos apoiados pela Bancada BBB:

- Redução da maioria penal de 18 para 16 anos;
- Alteração no Estatuto do Desarmamento, facilitando a compra e o porte de armas;
- O PL 6583/13, que cria o Estatuto da Família e afirma que ela só pode ser constituída por homem e mulher;
- A PEC 2015, que transfere do governo federal e da Funai para o Congresso a responsabilidade por fazer a demarcação de terras indígenas;
- O Estatuto do Nascituro, que dá direitos ao feto e inviabiliza qualquer oportunidade de discutir a descriminalização do aborto. A medida proíbe, inclusive, o aborto em casos de estupro.
- O PL 7443/2006, desengavetado por Eduardo Cunha em fevereiro deste ano, que inclui a prática de aborto entre os crimes hediondos.
- O PL 5069/13, que institui pena de seis meses a dois anos de prisão para quem induzir, instigar, ou ajudar a gestante ao aborto. A pena também será aplicada a quem vender ou entregar, ainda que de forma gratuita, substância ou objeto para provocar o aborto. Pela proposta, se a indução ao aborto for praticada por agente de serviço público de saúde ou por quem exerce a profissão de médico, farmacêutico ou enfermeiro, a pena será de um a três anos de detenção. No caso de gestante menor de 18 anos, as penas terão aumento de um terço. ■



## Embaixador Celso Amorim fala sobre a ALCA

Encontro organizado pelo SENGE-RJ relembrou campanha de oposição à proposta dos EUA

O SENGE-RJ realizou, no dia 27 de novembro, um encontro com o embaixador Celso Amorim para lembrar a campanha de oposição à criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Há dez anos, em novembro, aconteceu a IV Cúpula das Américas, em Mar Del Plata, na Argentina. Este momento marcou a conclusão das discussões sobre a ALCA, proposta pelo governo dos Estados Unidos durante a I Cúpula das Américas, em 1994.

O SENGE-RJ foi uma das entidades que estiveram profundamente envolvidas na campanha realizada

por segmentos políticos e movimentos sociais brasileiros que se opunham à criação da ALCA. Além de sediar a campanha no estado, contribuiu diretamente com a realização de um Plebiscito Popular em âmbito nacional, em 2002, quando mais de 10 milhões de pessoas se manifestaram sobre o tema.

O presidente do Sindicato, Olímpio Alves dos Santos, elogiou o trabalho de Celso Amorim durante o processo.

“O embaixador, com seu conhecimento de diplomata, foi fundamental na luta contra a ALCA. Durante o governo Lula, ele colocou o

Brasil como protagonista”, afirmou.

“No mundo em que vivemos, não é possível um país não ter relações comerciais. Não podemos esquecer que o comércio é um instrumento. Mas a ALCA não tinha só um sentido econômico, mas também um sentido geopolítico. Em países em desenvolvimento, é muito difícil resistir à agenda forte dos Estados Unidos. O Brasil liderou a resistência”, disse Celso Amorim.

Após a palestra, foi realizada uma sessão de autógrafos com o embaixador. O encontro fez parte do ciclo “O Brasil que você não vê na TV”.

## “É preciso derrotar o Estado Islâmico”, diz Amorim

Por André Vieira e Camila Marins  
Brasil de Fato

O Brasil de Fato entrevistou o embaixador brasileiro Celso Amorim, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-ministro de Defesa, que falou sobre importantes temas do cenário mundial. A conversa ocorreu durante o ciclo de palestras “O Brasil que você não vê na TV”, promovido pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio (SENGE-RJ). Nessa entrevista, o diplomata relembra os 10 anos da derrubada da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), projeto combatido pelos movimentos populares brasileiros.

Outros temas, como a ocupação do Haiti pelas forças armadas do Brasil, que comanda a Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti), e o conflito existente contra o Estado Islâmico, completam a conversa com o embaixador. Você lê, agora, os principais trechos desse diálogo.

### ALCA

Embora corretamente possa marcar 2005 como o enterro da ALCA [Área de Livre Comércio das Américas], na verdade entre 2003 e 2004 já estava claro que ela não prosperaria. Os próprios

proponentes tinham se desinteressado porque o acordo tinha se tornado menos desequilibrado. Para o Brasil foi muito importante isso, porque evitou que a gente perdesse autonomia, por exemplo para a produção de medicamentos genéricos, para utilizar o poder de compra do Estado para fomentar a política industrial, dentre outros.

### MILITARES NO HAITI

Eu sei que muitos setores, inclusive nos movimentos sociais, são críticos à presença do Brasil no Haiti. Eu não chamaria de ocupação militar, porque ela foi uma ação das Nações Unidas que visava estabelecer uma situação de mínima estabilidade no país. Ao meu ver, foi em benefício dos próprios haitianos. Claro que também são importantes ações no campo social e econômico.

### ORIENTE MÉDIO

O conflito como existe hoje é resultado da destruição das estruturas estatais na região, começando pelo Iraque. Essas seitas fundamentalistas já existiam desde o século XVIII, mas elas puderam prosperar na medida em que se criou um vazio de poder depois do bombardeio do Iraque pelos Estados Unidos, sem autorização das Nações Unidas.

### ESTADO ISLÂMICO

A causa imediata do surgimento do Estado Islâmico é a destruição das estruturas estatais. Não vejo conciliação possível. Com um grupo que degola pessoas e faz propaganda disso, que trata as mulheres da pior forma, não há conciliação possível. É preciso usar as forças armadas, mas só elas não resolverão o conflito. É preciso entender as raízes dos problemas da região, que são duas principais: a destruição dos Estados existentes, o que vai levar tempo para refazer; e o outro problema é o conflito entre Palestina e Israel.

### SOLUÇÕES PARA OS CONFLITOS

Eu acho que implica em conter e derrotar o Estado Islâmico como ele existe, mas implica também na volta do processo de paz no Oriente Médio e na busca por uma solução adequada para o conflito entre Israel e Palestina, dentre outras questões. Agora, o fato de não haver avanços em questões centrais e de as estruturas estatais estarem destruídas em alguns países fez com que as rivalidades que já existiam fossem aumentadas. Um aspecto do projeto deveria ser o Oriente Médio livre de armas nucleares.

## IMPRENSA

# Livro de Paulo Henrique Amorim desnuda a formação do monopólio midiático

Em entrevista ao jornalista da CUT-RJ, ele fala sobre o poder das empresas de comunicação no Brasil

Bepe Damasco/Jornal Classe/CUT-RJ

Com seu estilo franco, direto e contundente de sempre, o jornalista Paulo Henrique Amorim concedeu uma entrevista marcante sob todos os pontos de vista. Durante mais de uma hora, Paulo Henrique conversou, no seu apartamento, em São Paulo, com o jornalista Bepe Damasco, assessor de comunicação da CUT-RJ. Mais do que não deixar pergunta sem resposta, esse carioca de “conversa afiada”, radicado em São Paulo, é um lead (que no jargão jornalístico significa a parte da matéria com o conteúdo mais importante) ambulante. Ele falou apaixonadamente sobre um sem número de assuntos, tais como a ação deletéria do Partido da Imprensa Golpista, balanço do governo Dilma, sua passagem pela Globo, os processos que movem contra ele, o engavetamento do projeto de marco regulatório do ex-ministro Franklin Martins, o medo que Lula e Dilma têm da Globo e muito mais. Sobre o trânsito do banqueiro Daniel Dantas pelos corredores do poder, ele disparou



um míssil: “Dantas comprou o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e a Imprensa. Comprou o Brasil.”

**Classe: Que balanço você faz do estágio atual da luta pela democratização das comunicações no Brasil?**

PHA - O estágio atual é de desalento. De desalento e decepção. O presidente Lula governou debaixo de vara.

A imprensa brasileira, que no meu site eu chamo de PIG, tratou o Lula de uma forma vergonhosamente parcial. E o Lula foi incapaz de tomar qualquer providência para criar os mecanismos institucionais que permitissem oferecer ao público uma visão alternativa do que estava acontecendo.

Aos 44 do segundo tempo, Lula pediu ao Franklin para fazer um projeto de lei. Ele deu apoio à Confecom (Conferência Nacional de Comunicação), a Confecom apresentou todas as ideias que seriam necessárias apresentar. O Franklin fez uma série de seminários e reuniões para buscar, inclusive, o testemunho e o

reconhecimento de organizações internacionais que tratam da questão do marco regulatório. Isso foi substanciado num projeto de lei, numa série de propostas que o Franklin entregou educadamente ao seu sucessor, o Paulo Bernardo, o que acho que o Franklin fez muito bem. O Paulo Bernardo fez críticas deselegantes ao projeto, com palavras que a boa educação não recomenda.

Ele sentou em cima e colocou debaixo dos projetos que o Sérgio Mota fez para o Fernando Henrique. O Sérgio Mota fez três projetos de marco regulatório da mídia, e o FHC jogou os três fora. Jogou fora não, botou na gaveta. E debaixo desses três do Sérgio Mota, o Paulo Bernardo botou o do Franklin. Eu acho que os primeiros sinais que a presidenta Dilma deu neste sentido foram decepcionantes. A primeira coisa que ela fez foi ir ao aniversário da *Folha*. A primeira coisa que o Lula fez em 2002 depois de eleito foi ser co-âncora do *Jornal Nacional*, em companhia do William Bonner e da Fátima Bernardes. Ali eu disse: bom, a vaca foi para o brejo. Porque o *Jornal Nacional* tratou o Lula de uma maneira parcial, sempre parcial e a primeira coisa que ele faz foi se

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA ►

▶ CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 7

sentir honrado em ancorar o Jornal Nacional ao lado dos algezes.

#### Classe: Por quê?

PHA - Têm medo de o Jornal Nacional derrubar o governo. Porque as denúncias da *Folha*, do *Estadão* e da *Veja* não têm a menor repercussão, a menor importância, se elas não tiverem a câmara de eco do Jornal Nacional. E a câmara de eco do Jornal Nacional reproduz.

#### Classe: Muita gente pergunta como um jornalista com as suas posições conviveu na Rede Globo. Você chegou a ser cerceado ou pressionado?

PHA - Bom, minha posição na Globo foi a seguinte: eu fui comentarista econômico durante algum tempo. Depois, na maior parte do meu tempo na Globo, eu fiquei em Nova York, onde a minha relação ou a minha contraface com as questões políticas nacionais era mais remota, era mais rara. Quando trabalhei na Globo, eu fui absolutamente leal à Globo, não tem conversa. Eu fui um funcionário exemplar. Durante o período em que fiquei em Nova York, para pedir aumento, eu fiz um cálculo da minutagem, a soma dos minutos que eu fiquei no ar. E concluí que fiquei no ar nos jornais da Globo mais do que qualquer outro repórter. Isso para conseguir o aumento que eu queria. E consegui. Evidentemente

que na Globo havia uma restrição política muito severa. Durante um certo tempo, a gente não podia falar, na editoria de economia, que era o meu caso, não podia falar no nome do Maílson da Nóbrega, ministro da Fazenda, porque o Roberto Marinho tinha uma operação com exportação de casas pré-fabricadas que o Maílson vetou. Por causa disso o nome Maílson da Nóbrega não podia ser citado. A gente podia falar do governo, mas não podia falar em Ministério da Fazenda, nem em

Maílson da Nóbrega. O que é uma coisa meio esquisita, mas, se você está trabalhando lá, das duas uma: ou cai fora ou obedece. Quando eu percebi que a Globo pretendia me dar uma rasteira, que foi quando eles me destituíram do cargo de chefe do escritório em Nova York, aí eu fui procurar emprego e saí da Globo para ganhar o dobro do que eu ganhava. Foi uma escolha profissional e também política. Porque, durante o tempo que trabalhei na Globo, eu discordava de muitas das posições da Globo. E trabalhava desconfortável e irritado, como, por exemplo, o dia em que o Jornal Nacional fez aquela famosa edição do debate. Eu conversei com os editores do debate, com o Ronald Carvalho, que chegou lá na ilha e disse o que era para ser feito para o editor Octávio Tostes. Aliás, o Octávio Tostes teve muita coragem, foi ao Sindicato dos Jornalistas e, diante do Osvaldo Maneschi, gravou um depoimento histórico em que relata esse episódio. Então, o editor Ronald Carvalho chegou à ilha e disse para o Octávio Tostes: “ponha a mão no nariz e meta a mão na merda: é tudo que tem de bom do Collor e tudo que tem de mau do

Lula.” O Alberico Souza Cruz, que veio de São Paulo para o Rio, porque estava aqui em São Paulo a acompanhar o candidato Collor no debate, chegou depois do almoço à TV Globo, entrou na ilha 7 e perguntou ao Tostes como é que estava a coisa. O Tostes disse “olha, eu se-

gui esta instrução do Ronald e assim será feita a edição.” Aí o Alberico disse: “além disso, eu quero que ponha também isso, isso e aquilo.” Depois que a matéria ficou pronta, saiu da ilha 7 e foi para a ilha 10, uma ilha mais complexa, com mais recursos de edição, fora do deadline de fechamento do Jornal Nacional, daí a grave importância que essa matéria tinha. Normalmente essa matéria seria derrubada fora do deadline, era o que acontecia, mas nesse caso não foi. Aí o Alberico

reviu a matéria na ilha 10 e aprovou como foi para o ar.

#### Classe: Os processos que movem contra você interferem no seu cotidiano, na sua vida familiar? Como é lidar pessoalmente com isso. Eles te aborrecem muito?

PHA - Olha, já me aborreceu mais. Hoje eu olho para isso com mais distância. Hoje já vejo isso com certo humor. Mas a vingança será pesada. Eu pretendo depois transformar isso tudo em livro e defender a tese de que eu, como Azenha, como Rodrigo Viana, como Nassif, como Esmael do Paraná, e uma série de blogueiros do interior do Brasil, estamos sendo vítimas de um processo que nada mais é do que uma tentativa de nos calar pelo bolso. Essas ações todas, no meu caso são 41 ações, não resistem a uma análise superficial. O Daniel Dantas, por exemplo, move 13 ações contra mim, e ele perde.

#### Classe: Cíveis e criminais?

PHA - Não, ele não entrou no crime porque ele não é bobo. Ele é mais esperto que os outros. Ele sabe que no crime é mais difícil ganhar. O que ele faz? Ele não ganha no mérito, quando ele ganha é na chicana. Quando ele ganha é na regra do jogo. Entendeu? Aí você tem que ir numa outra instância para refazer a regra, a regra como ela efetivamente é. É assim que ele trabalha. O Dantas nunca ganha no mérito. Ele diz que as provas são falsas, no caso da Satiagraha; ele não deixa trazer para o Brasil as derrotas que ele sofreu na justiça britânica; ele mata a Chacal, devolveu a Operação Chacal para a primeira instância e logo, logo prescreve; não deixa abrir os discos dele, faz com que o Eros Grau sente em cima dos discos; ele não deixa julgar, se julgar, ele está ferrado. Se julgar, ele vai em cana, como fez o De Sanctis, que colocou ele duas vezes em cana. Mas eles me enobrecem. É aquele meu ditado “diz-me quem te processa e te direi quem és”. Eu sou processado pelo Daniel Dantas, Gilmar Mendes, Eduardo Cunha, Naji Nahas, Ali Kamel, pelo Heraldo Pereira...

#### Classe: Existe por parte da mídia uma clara intenção de criminalizar os movimentos sociais. Na democracia que vai se consolidando no Brasil, qual deve ser o papel desses movimentos?

PHA - Acho que esses movimentos têm um papel muito importante. Mas eu vou te falar o seguinte: eu acho muito legal movimento social em defesa do meio ambiente, em defesa das mulheres, em defesa do casamento gay. Eu sou a favor disso tudo. Eu sou a favor do meio ambiente, tenho aqui na minha casa uma micro produção dos Jardins do Burle Marx. Sou a favor do casamento gay. Acho o machismo um absurdo. Tudo isso está certo. Agora, a oposição no Brasil gastou muita munição com essas causas secundárias. Subalternas em relação ao problema da injustiça social.

#### Classe: A que oposição você se refere?

PHA - Eu quero dizer o seguinte: os que protestam, os inconformados, os indignados, os ativistas sociais defendem causas que são comovedoras e enaltecidas e espero que sejam bem-sucedidas. Não no caso de Belo Monte, que eu acho que é nada mais, nada menos que uma ponta de lança dos interesses americanos no Brasil. Ponto. Mas eu acho que mais importante do que tudo, na minha opinião, é a questão da injustiça social. Esta sociedade, apesar da inclusão de 40 milhões de pessoas na classe média, apesar da ascensão social do pobre, apesar dos programas Brasil sem Miséria, é uma sociedade injusta. É uma sociedade cruel, é uma sociedade que não tem democracia, é uma subdemocracia. Esse é o assunto que me interessa. Negócio de meio ambiente e tal, eu acho tudo muito bom, sou a favor do meio ambiente. Mas não gasto cinco minutos do meu tempo preocupado com isso. Não gasto. Eu acho que estas redes sociais são muito úteis, mas não vão mudar o mundo, não vão mudar o Brasil, enquanto não enfrentarem de frente o problema da desigualdade. ■



**Então, o editor Ronald Carvalho chegou à ilha e disse para o Octávio Tostes: “ponha a mão no nariz e meta a mão na merda: é tudo que tem de bom do Collor e tudo que tem de mau do Lula.”**



Cerca de 20 mil pessoas participaram do ato contra o impeachment no Rio de Janeiro

# MANIFESTANTES VÃO ÀS RUAS CONTRA O IMPEACHMENT

Militantes tomam a Av. Rio Branco na luta pela democracia e contra o Golpe orquestrado por Eduardo Cunha

Cerca de 20 mil pessoas fizeram um protesto no dia 8 de dezembro contra o impeachment e pela retomada do desenvolvimento e de outra política econômica. O ato foi convocado pelas centrais sindicais no Rio de Janeiro. A manifestação seguiu pela Avenida Rio Branco, avermelhada por bandeiras, balões e fumaça, e terminou na Cinelândia com um grande samba contra o golpe.

“Nós não podemos permitir que a democracia seja, mais uma vez, desrespeitada”, disse Olímpio Alves dos Santos, presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, comparando a tentativa de golpe contra Dilma

ao Golpe Militar de 64.

Presidente da CUT-RJ, Marcelo Rodrigues também repudiou as artimanhas de Cunha. “Neste momento, a Constituição foi rasgada e o Cunha promoveu o desmonte do sistema político brasileiro. Mas se quer guerra, vai ter guerra”, defendeu o presidente da CUT-RJ, Marcelo Rodrigues.

“Estamos vivendo um momento muito importante no Brasil. É importante que a população se una para barrar esse golpe sórdido que está sendo conduzido pelo Eduardo Cunha. A nossa democracia precisa ser preservada. Estamos todos juntos pela manutenção da Dilma à frente da Presidência da

República”, defendeu Clovis Nascimento, presidente da Federação Interestadual de Sindicato de Engenheiros.

“Quem defende o impeachment defende a terceirização, quer rasgar a CLT, acabar com todos os direitos trabalhistas. Os que defendem o impeachment são os que entendem que os direitos da mulher não devem ser válidos, que nossas crianças devem estar nas cadeias e não nas escolas, que transformam o Congresso num antro contra o avanço da igualdade. São aqueles que acham que a ditadura, que matou milhões, é boa para o Brasil, que não concordam com a política de valorização do

salário mínimo, que não concordam com a política de igualdade entre negros e brancos”, afirmou o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas.

Os discursos nas ruas foram acompanhados pelos gritos de “não vai ter golpe” e “Fora Cunha”. A defesa da democracia esteve estampada nas faixas, mas bem longe de ser um cheque em branco para Dilma, já que a cobrança pela manutenção da democracia vinha acompanhada da cobrança por uma nova política econômica, conforme prega o Compromisso pelo Desenvolvimento, conjunto de propostas das centrais e empresários divulgado recentemente.

## COMPROMISSO PELO DESENVOLVIMENTO

**O** Brasil é muito maior que a crise, porém, diante do agravamento da situação econômica e dos impactos sociais decorrentes, são urgentes ações propositivas por parte dos que estão preocupados com o emprego, a produção e o bem-estar de milhões de brasileiros. Não é possível aceitar passivamente as projeções de um 2016 perdido, visto que 2015 já está na conta da recessão e do desemprego crescente.

As brasileiras e os brasileiros querem construir um país com desenvolvimento econômico, social e ambiental, soberano, republicano e democrático.

Afirmamos o compromisso com o Brasil e as gerações presentes e futuras para avançar no fortalecimento do nosso sistema econômico produtivo, das condições e das relações de trabalho. Por isso, reunimos forças para propor mudanças emergenciais que revertam as expectativas que ameaçam o presente e o futuro do país.

Superar os atuais entraves aos investimentos em infraestrutura, destravar a capacidade do Estado para exercer suas funções, incrementar a produtividade, gerar empregos de qualidade, aumentar a renda média, garantir educação de qualidade, fortalecer a democracia e suas instituições, corrigir e reorientar a política econômica e o regime fiscal para o crescimento são alguns dos desafios estruturais do nosso desenvolvimento. O combate ininterrupto à pobreza, à desigualdade, à corrupção e à ineficiência deve ser institucionalmente fortalecido.

É imprescindível mobilizar a vontade coletiva para viabilizar um modelo de desenvolvimento com valorização da produção e do trabalho. Para isso é preciso promover mudanças, sobretudo no sentido de priorizar o setor produtivo e não o capital especulativo.

O Compromisso pelo Desenvolvimento é um esforço na direção de um entendimento propositivo entre trabalhadores e empregadores, que busca articular forças com o objetivo de construir a mais rápida transição para a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico e social no médio e longo prazo, com sustentabilidade ambiental.

Para tanto, o Compromisso pelo Desenvolvimento demanda o encaminhamento imediato, em espaços de ne-

gociação tripartite, inclusive no Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social, da seguinte agenda:

- Retomar rapidamente o investimento público e privado em infraestrutura produtiva, social e urbana, ampliando os instrumentos para financiá-la, bem como criando ambiente regulatório que garanta segurança jurídica;
- Retomar e ampliar os investimentos no setor de energia, como petróleo, gás e fontes alternativas, em especial na Petrobras;
- Destruar o setor de construção, por meio de instrumentos institucionais adequados, inclusive acordos de leniência, entre outros, que garantam a penalização dos responsáveis e a segurança jurídica das empresas, com a manutenção dos empregos;
- Criar condições para o aumento da produção e das exportações da indústria de transformação;
- Priorizar a adoção de políticas de incentivo e sustentabilidade do setor produtivo (agricultura, indústria, comércio e serviços), de adensamento das cadeias produtivas e de reindustrialização do país;
- Ampliar, em condições emergenciais, o financiamento de capital de giro para as empresas, com contrapartidas sociais e ambientais;
- Adotar políticas de fortalecimento do mercado interno para incremento dos níveis de consumo, de emprego, renda e direitos sociais.

São Paulo, 3 de dezembro de 2015

CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros) - CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil); CUT (Central Única dos Trabalhadores) - FORÇA SINDICAL - NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores); UGT (União Geral dos Trabalhadores) - CNPL (Confederação Nacional das Profissões Liberais); FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) - FUP (Federação Única dos Petroleiros) - FISENGE (Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros) - SEESP (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo) - SENGE (Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro) - SINAENCO (Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia) - ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) - ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção) - ABRINQ (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos) - ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) - CNI (Confederação Nacional da Indústria) - FENABRAVE (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores) - FESESP (Federação de Serviços do Estado de São Paulo) - Associação Comercial de Minas Gerais - Associação Comercial do Rio de Janeiro - Associação Comercial de São Paulo - Federação de Associações Comerciais de São Paulo - Clube de Engenharia - Instituto Ethos

## Não foi acidente!

SENGE-RJ cobra responsabilização da Samarco por desastre em Mariana (MG)

**N**o dia 5 de novembro, o rompimento de duas barragens em Mariana (MG) deixou dezenas de pessoas feridas e desabrigadas. A lama de rejeitos também tem causado um impacto incalculável ao ecossistema do estado, e hoje já atinge o Espírito Santo e a Bahia. As barragens eram de responsabilidade da empresa Samarco, que tem 50% das ações nas mãos da Vale, uma das maiores mineradoras do mundo, que foi privatizada em 1997. Conforme a Lei Federal de Segurança das Barragens, a Samarco era responsável por garantir as próprias inspeções, apresentando os laudos para a Secretaria de Meio Ambiente. Para o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ), uma coisa é clara: não foi acidente! E a Samarco deve ser inteiramente responsabilizada pelos danos causados pelo descompromisso com a fiscalização das barragens e a segurança dos trabalhadores e da população.

No Brasil, as mineradoras frequentemente se utilizam de estratégias como a redução dos quadros funcionais e o gasto mínimo com segurança para os funcionários para ga-

rantir produção e lucro máximos. A privatização da Vale possibilitou que a exploração no trabalho se tornasse ainda mais intensa, e facilitou a flexibilização do processo de fiscalização das barragens. O desastre em Mariana escancarou o descaso da empresa com a segurança dos trabalhadores, de seus familiares e da comunidade, comprovando as péssimas consequências do avanço da privatização para o país.

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro vem, por meio desta nota, prestar total solidariedade a todas as pessoas que foram afetadas pelo rompimento das barragens de Bento Gonçalves. Nos solidarizamos também com os quatro militantes do Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra (MST) que foram presos pelo Departamento de Polícia Legislativa (Depol) no dia 25 de novembro, acusados de crime ambiental, após uma intervenção na Câmara dos Deputados. Lembramos que protestar não é crime. A verdadeira responsável por crime ambiental é a Samarco, e ela deve ser inteiramente responsabilizada pelas consequências dos seus atos.



**art** 27

### GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato ([www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

# Acordos coletivos negociados pelo SENGE-RJ repuseram inflação

Empresas utilizaram crise como argumento para negar direitos dos trabalhadores

O setor de negociações coletivas do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) fecha o ano de 2015 com balanço positivo, considerando o difícil quadro político e econômico do país. O acordo firmado com a Ampla incluiu reajuste superior à inflação, chegando aos 10,45%. As negociações com a Eletrobras e as empresas de engenharia consultiva garantiram aos trabalhadores reajustes salariais condizentes com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). O mesmo ocorreu com a CET-Rio, cuja negociação se pautou no IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial) e repôs a inflação.

Ainda assim, o acordo firmado com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) rendeu aos trabalhadores de nível superior apenas 7,92% de aumento. A categoria fez greve por trinta dias, e a principal reivindicação era o reajuste de 8,17%, com base no IPCA. O impasse entre os funcionários e a empresa foi levado ao Ministério Público do Trabalho, uma vez que a EPE insistia em oferecer apenas 5% de aumento, alegando problemas financeiros. O ACT da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

(CPRM) também fechou abaixo da inflação, com reajuste salarial de apenas 7,5%, obtido após audiência de conciliação no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os representantes da empresa na negociação também usaram a crise econômica como justificativa para se contrapor aos direitos dos trabalhadores.

As dificuldades encontradas nas mesas de negociação a respeito das reivindicações dos engenheiros foram comuns em todas as áreas da economia. De acordo com a nota técnica nº 149 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), menos de 70% das negociações que aconteceram no primeiro semestre de 2015 conquistaram ganhos reais, e cerca de 15% delas não conseguiram sequer repor a perda salarial ocorrida nos 12 meses anteriores. Além disso, os reajustes acima da inflação concentraram-se na faixa de até 1% de ganho real, que foi o caso das negociações bem sucedidas do SENGE-RJ. O relatório afirma que “o desempenho das negociações no primeiro semestre foi o pior da série histórica pesquisada pelo Dieese, desde 2004.”

A crise é frequentemente utili-

zada como argumento para negar direitos aos trabalhadores. Segundo a nota do Dieese, que apresenta “20 motivos para a manutenção de ganhos reais dos salários”, as consequências da recessão econômica, junto com a inflação alta, “têm tornado as negociações coletivas ainda mais difíceis do que já são normalmente”. O documento também aponta que as empresas aproveitam o momento para reduzir os custos com mão de obra através do aumento da rotatividade. Profissionais são demitidos e substituídos por novos trabalhadores, que ganham menos. “Em períodos de crise, aumenta a diferença entre a média dos salários de demissão e de contratação.”

Mas o departamento comprova que reduzir as despesas com funcionários, seja através da perda salarial ou da negação do aumento real, exerce pouca influência sobre o custo total das empresas. “Outros aspectos que têm impacto sobre o custo, como juros e câmbio, são muito mais significativos para as empresas”. Portanto, o fato de uma empresa passar por problemas financeiros não é um argumento válido para negar reajustes salariais à classe trabalhadora.

## Continuar lutando por aumento real e mais direitos

Embora o momento de crise imponha dificuldades às negociações coletivas, o aumento real continua sendo uma importante pauta política para os trabalhadores de todo o Brasil. A nota técnica do Dieese constata que uma importante conquista da sociedade brasileira foi a expansão do mercado consumidor interno dos últimos anos, que possibilitou a atenuação dos efeitos da crise econômica mundial iniciada em 2008. “No atual contexto de persistência da crise mundial, nosso vasto mercado interno é dos mais valiosos ativos que o país possui. Ao invés de reduzi-lo, é fundamental ampliá-lo”. Garantir o aumento real

pode ser uma maneira de ampliar o mercado interno e, consequentemente, manter a lucratividade das empresas em crise e o desenvolvimento do país. “Economias desenvolvidas social e economicamente, como aspira ser o Brasil, pressupõem mercados consumidores robustos. Daí a importância de se manter o crescimento do emprego e da renda”, conclui o documento.

O diretor de negociações coletivas do SENGE-RJ Gunter Angelkorte afirma que, na situação que o país atravessa, “mais uma vez a classe trabalhadora é ‘convidada’ a pagar os efeitos das crises fabricadas pelas oligarquias dominantes.” O acordo coletivo da CPRM é ape-

nas um exemplo deste quadro de perda inflacionária dos salários e retrocessos de direitos, sob o argumento da crise. “Uma mentira deslavada que é repetida há mais de 40 anos, que teve uma breve interrupção no Governo Lula, mas agora é retomada sem a menor desfaçatez”.

A saída, sem dúvidas, está na luta organizada dos trabalhadores. De acordo com o DIEESE, houve cerca de 2.050 greves apenas em 2013 (o levantamento ainda não foi fechado), o que corresponde ao maior registro da série histórica do sistema organizado pelo DIEESE e demonstra a resistência da classe trabalhadora diante das ofensivas do capital.

ELEIÇÃO 2016/19

## Processo eleitoral para renovação da diretoria

Foi instaurado o Processo Eleitoral para renovação da Diretoria e Conselho Fiscal do Senge-RJ (Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro), para o mandato 2016/2019. O processo foi definido no dia 01/12 durante a Assembleia Geral Ordinária, na sede do sindicato. A Assembleia foi convocada conforme Edital publicado no jornal *O Dia* de 20 de novembro de 2015 e encaminhado a todos os associados por email.

Durante a Assembleia foi definido, também, o calendário eleitoral, de acordo com as seguintes datas e períodos:

- Votação nos dias 21, 22 e 23 de março de 2016;
- Período para inscrição de chapas do dia 08 de janeiro de 2016 até 03 de fevereiro de 2016;
- Impugnação de candidatos de 04 de fevereiro até 22 de fevereiro de 2016;
- Interposição de recursos de 30 de março até 4 de abril de 2016;
- Distribuição de material de divulgação das chapas até 10 de fevereiro de 2016;
- Substituição de Candidatos Impugnados até 01 de março de 2016;
- Divulgação de locais e horários de votação até 11 de março de 2016.

Para compor a Comissão Eleitoral, foram escolhidos os seguintes associados: Márcio Cazelli; Sérgio Barbosa de Almeida; Rubem Corveto de Azeredo; Antonio Gerson Ferreira de Carvalho e Antonio Luiz de Castro Junior.

Foi aprovada por unanimidade a utilização do Sistema Vota Senge, via Internet.

Esse sistema é utilizado pelo Senge-RJ e foi utilizado no último processo eleitoral para renovação da diretoria, em 2013, o que possibilitou um aumento significativo do número de eleitores participantes.

## Galo de Ouro é campeão da 2ª Copa Senge/RJ

A “quente” decisão da 2ª Copa Senge de Futebol Society teve o time Galo de Ouro como campeão em 2015. A equipe do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro – Senge não entrou em campo, mas marcou mais um gol de placa, feito durante a organização da final da 2ª Copa, realizada no dia 21 de novembro, no campo do clube Cabana da Serra. O evento contou com a participação dos atletas, familiares e diretores do sindicato, que logo após as disputas de terceiro lugar e a final, confraternizaram em um animado churrasco.

Organizada com o objetivo de criar novos espaços entre a categoria e o sindicato, o torneio desse ano contou com 12 equipes, cerca de 120 trabalhadores e estudantes de diferentes áreas da engenharia.

### JOGOS FINAIS DA 2ª COPA SENGE

O primeiro jogo foi a decisão do terceiro lugar entre os times Portuga e Fênix, que fizeram um jogo equilibrado, terminando o tempo normal em 3 x 3. A decisão foi para os pênaltis, e o time do Fênix acabou levando a melhor e ficando com o terceiro lugar.

Logo em seguida, aconteceu a grande final sendo disputada entre Galo de Ouro x MFC. O primeiro



Claudionor Santana

Time campeão: Galo de Ouro

tempo foi bastante disputado com as duas equipes querendo a vitória, mas os trabalhadores-atletas do Galo de Ouro acabaram dominando o segundo tempo da partida e vencendo pelo placar de 4 x 2. A vitória valeu o título da 2ª Copa Senge.

Depois dos jogos houve a premiação das equipes e dos melhores atletas da 2ª Copa. Bruno Alves, trabalhador da Nokia e que faz parte do time do Galo de Ouro, gostou de participar do torneio. “Bem bacana a organização da Copa, agora vamos comemorar a vitória. O legal é que o nosso time só tem trabalhadores das teles”, disse.

Durante as partidas finais, Jorge Antônio, diretor de Eventos e membro da Comissão Organizadora da Copa, comentou sobre o objetivo principal da realização do evento: “uma nova frente de contato, esse tipo de atividade ajuda a aproximar a relação do sindicato com os trabalhadores”. Jorge também apontou como uma nova forma de diálogo “principalmente com os mais jovens, pois hoje eles são a realidade do mercado de trabalho”, mencionou o diretor.

## SENGE-RJ exhibe o filme “Topografia de um desnudo”

Diretora e produtora do filme participaram de debate ao lado do vereador Reimont

O SENGE-RJ recebeu a diretora e a produtora do filme “Topografia de um desnudo”. Teresa Aguiar e Ariane Porto, respectivamente, participaram de um debate ao lado do Vereador Reimont, da defensora pública Carla Beatriz Nunes Maia e de representantes de entidades que ajudam moradores em situação de rua, como a Associação Solidários Amigos de Betânia. O encontro foi realizado no dia 02 de dezembro.

O filme conta a história da “operação mata-mendigos”, que ocorreu no início da década de 60. O episódio aconteceu no Rio de Janeiro e culminou na morte de vários moradores de rua, que eram presos por policiais militares, torturados e depois jogados nos rios Guandu e da Guarda. Pesquisadores ligam o fato a uma espécie de treinamento precedendo o golpe militar. No entanto, o consenso é que se tratou de uma limpeza social ligada à visita da Rainha Elizabeth ao Brasil. Foi a primeira vez que foi realizada uma operação dessa natureza com a participação de membros dos poderes instituídos. Com o golpe de 64, os processos foram arquivados e a história apagada.

“Lutamos muito para fazer esse filme. Se não fosse a tenacidade da Teresa, essa história não poderia ser contada”, conta a produtora Ariane Porto, que também atua no filme.

O diretor do SENGE-RJ Miguel Sampaio participou da abertura do

evento e lembrou o caso dos moradores de rua que foram queimados na Tijuca, no dia 11 de novembro.

“Isso aconteceu porque vivemos em uma sociedade doente, que vê o outro como nada. Pouco mudou desde a década de 60, mas hoje temos a internet, onde é possível dar visibilidade para os casos. Temos que lutar por políticas públicas de qualidade, como educação, moradia e mobilidade, que é um assunto muito trabalhado pelo SENGE-RJ”, afirmou Sampaio.

Os moradores de rua que participaram do evento descreveram as situações de humilhação e medo que passam todos os dias. Eles contaram que um dos lugares mais seguros para se dormir é na marquise em frente à Defensoria Pública, por ser um local com câmeras.

“As abordagens da polícia são racistas. O choque de ordem é um dos nossos maiores desafios”, conta Maciel Silva dos Santos. “O filme mostra os flagrantes cotidianos. Muitas vezes nós contamos e as pessoas não acreditam”.

“O grande caminho é o processo de conscientização para que a população tenha outro olhar. O filme lança luz para nós pensarmos que não queremos que o que aconteceu no filme se repita”, disse Reimont.

Além disso, Reimont agradeceu o espaço do SENGE-RJ: “Um sindicato que se estabelece para provocar uma mudança faz isso que o SENGE-RJ faz”, disse ele.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.  
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009  
Tel: (0 XX 21) 3505-0707  
Endereço: www.sengerj.org.br  
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br  
comunicacao@sengerj2.org.br